

**ATA DA 429ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO
AMBIENTE – CEPRAM**

No dia 31 de outubro de 2025, realizou-se, de forma presencial, no Auditório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, a 429ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM, com a presença dos conselheiros listados ao final desta ata e convidados. A pauta incluiu: análise da Ata da 427ª Reunião Ordinária do CEPRAM; apresentação do Programa AdaptaCidades; indicações de representantes do CEPRAM para o Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente – FERFA e para a Câmara de Compensação Ambiental – CCA; validação de decisão da Câmara Técnica Recursal; planejamento do acompanhamento das propostas priorizadas na 4ª Conferência Estadual do Meio Ambiente – CEMA e na 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente – CNMA; e o que ocorrer. A reunião foi aberta pela Secretária Executiva, Mariana Mascarenhas, após verificação de quórum, informando que a sessão seria gravada para fins de elaboração da ata. Quanto ao primeiro ponto de pauta, informou que a Ata da 427ª Reunião Ordinária foi encaminhada juntamente com a convocação. O conselheiro Walter Schimmelpfeng informou o envio de sugestões por e-mail, que não foram incorporadas por não terem sido visualizadas em tempo hábil, ficando a apreciação da ata para a próxima reunião ordinária. Em seguida, Tiago Porto, Diretor de Políticas e Planejamento Ambiental – DIPPA/SEMA, apresentou o Programa AdaptaCidades, iniciativa do Governo Federal coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, com apoio da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH – Brasil e financiamento do Fundo Verde para o Clima. Destacou que o programa tem como objetivo fortalecer a capacidade dos municípios para adaptação às mudanças climáticas, considerando o aumento da frequência e da intensidade de eventos climáticos extremos, especialmente no Nordeste. Informou que a Bahia aderiu ao programa em fevereiro de 2025 e que dez municípios foram selecionados com base em critérios técnicos de vulnerabilidade social e climática: Feira de Santana, Vitória da Conquista, Camaçari, Juazeiro, Lauro de Freitas, Itabuna, Ilhéus, Porto Seguro, Barreiras e Jequié. Sete municípios já confirmaram adesão, permanecendo Alagoinhas e Teixeira de Freitas em lista de espera. Com o AdaptaCidades, os municípios ganham: fortalecimento técnico e

34 institucional (gestores locais capacitados); acesso facilitado a informações
35 climáticas; apoio à elaboração de planos municipais de adaptação; e conexão
36 com oportunidades de financiamento. Ressaltou que os Estados realizam o
37 monitoramento e a orientação do processo de adesão municipal e informou que
38 a previsão é que, até o final do ano, os municípios tenham assinado a adesão
39 ao programa. Finalizou a apresentação e colocou-se à disposição para
40 esclarecimentos. Passou-se aos questionamentos e dúvidas. Ruy Argeu –
41 SINDICOM pontuou preocupação com o cronograma e com o processo eleitoral,
42 destacando que muitos problemas nas cidades decorrem de má gestão e não
43 apenas de mudanças climáticas. Questionou os critérios para seleção dos
44 municípios, ressaltando a necessidade de envolvimento do gestor municipal na
45 implementação do projeto. Leila Oliveira – Sindicato de Produtores Rurais de
46 Ibicoara parabenizou a iniciativa e questionou o envolvimento de outras áreas do
47 Governo, o diálogo do Estado com os municípios, a não participação dos
48 consórcios, a distribuição geográfica dos municípios e a avaliação dos impactos
49 nas populações vulneráveis, especialmente na região do semiárido. Martin Mayr
50 – ADES comentou sobre o perigo do negacionismo climático e a necessidade de
51 revisão dos padrões de licenciamento municipal. Rômulo da Silva – Sindicato
52 Rural de Gandu questionou os critérios do índice de vulnerabilidade e sugeriu a
53 contribuição da CTBIO. Renato Cunha – GAMBÁ parabenizou a iniciativa,
54 ressaltou o estado de emergência climática do país, mencionou o Projeto
55 Resiliências Climáticas e questionou as iniciativas do Governo da Bahia para a
56 COP 30. Miguel Accioly – IDEIA destacou a dimensão territorial da Bahia e a
57 necessidade de ampliar o número de vagas no programa. Marcos Lemos –
58 Grupo Natureza Bela questionou os critérios de escolha dos municípios e a
59 integração com outros planos estaduais. Tiago Porto respondeu aos
60 questionamentos, esclarecendo que a Bahia seguiu metodologia federal nesta
61 etapa, destacando o foco em municípios com maior população em situação de
62 vulnerabilidade. Ressaltou que o Estado não possui, no momento, fôlego
63 institucional para ampliar o programa, mas que a experiência permitirá avaliar
64 sua ampliação futura. Quanto ao diálogo sobre o Programa com outras
65 Secretárias, acontece em espaços com este, de colegiados que existem
66 representações de outras Secretarias, então representantes de outras
67 secretarias que queiram participar desta iniciativa procure a SEMA e a partir dali



68 vai construindo. Esclareceu que vai iniciar o programa com a fase de lente
69 climática, diagnóstico do município e que todos os documentos que têm para os
70 municípios serão aproveitados, como: plano de bacias, plano de manejo de
71 UC'S, tudo será consultado para que o plano seja integrado com aquilo que já
72 foi pensado para o território. No que se refere a questão da lente de oceanos,
73 pontuou que destes 10 municípios escolhidos, 05 são costeiros. Destacou que o
74 programa atenderá uma diversidade de municípios, englobando: costeiros, do
75 semiárido, oeste, que apresentam realidades diferentes para ter um produto final
76 com 10 planos que sejam customizados para a característica de cada território
77 e que conversem com o diagnóstico de cada território. Quanto a questão de
78 Salvador não se tem uma estratégia traçada nesse momento de como vai
79 integrar ele, mas como ele já tem o plano. Inclusive esclareceu que o Governo
80 Federal tem indicado que após este ciclo eles devem fazer editais de fomento e
81 Salvador, por exemplo poderia concorrer com projeto de implementação de
82 ações que já foram pensadas no seu plano, porém não se pode prometer, porque
83 está muito antecipado para dizer que daqui a três anos haverá o lançamento
84 desses editais. Quanto a agenda da SEMA e do INEMA na COP30 isso ainda
85 está em construção, dia a dia, indicando as agendas e quem vai representando
86 ,mas existem alguns temas que vão ser indicados na COP, como por exemplo, o
87 início do Plano de Adaptação climática do Estado, a possibilidade de ser
88 sancionada a Lei de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA, a agenda que
89 tem sido feita com a temática de Oceanos, estratégia de fomento ao respeito dos
90 períodos de defeso, a elaboração do plano estadual de gerenciamento costeiro,
91 planos de conservação de recifes de corais, o Gestão Ambiental Compartilhada-
92 GAC, o Agente Jovem Ambiental - AJA, então tem diversas agendas que estão
93 sendo desenvolvidas pelo Estado de mais inovador e melhor serão levadas para
94 a COP. Mariana Mascarenhas complementou que está sendo construída esta
95 agenda dentro do Consórcio Nordeste, então a ideia é justamente levar as ações
96 para a COP de maneira integrada para que haja também essa contribuição. Na
97 sequência, Mariana Mascarenhas apresentou as indicações para o Conselho
98 Deliberativo do FERFA e para a CCA, esclarecendo as vagas e o critério de
99 alternância entre sociedade civil e setor empresarial. Após deliberação, ficaram
100 definidas as representações do FERFA, sendo da Sociedade Civil: Titular – Luiz
101 Vitor (IDEIA); Suplente – Marcos Lemos (Grupo Natureza Bela); e do Setor


 

102 Empresarial: Titular – João Lopes Araújo (ASSOCAFÉ); Suplente – Sérgio
103 Bastos (SINPEQ). Para a CCA, foi deliberado como Titular – Renato Cunha
104 (GAMBÁ), representando a sociedade civil, e como suplente – Glauciana Pereira
105 de Araújo (AIBA). Foi validada, por unanimidade, a decisão da Câmara Técnica
106 Recursal de diligenciar automaticamente os processos de autos de infração de
107 interdição, embargo, apreensão e demolição com mais de cinco anos sem
108 atualização, encaminhando-os ao INEMA para verificação da situação atual.
109 Leila Oliveira – Sindicato de Produtores Rurais de Ibicoara complementou, como
110 representante da CT Recursal, que seria importante que, enquanto Conselho, o
111 CEPRAM fizesse uma recomendação para que o INEMA responda com
112 brevidade aos processos diligenciados. Mariana Mascarenhas esclareceu que a
113 Secretaria Executiva tem promovido momentos de interlocução entre a SEMA e
114 o INEMA, nos quais está sendo realizado levantamento dos autos de infração,
115 principalmente os de multa, com o objetivo de discutir medidas para reduzir o
116 passivo e melhorar o fluxo processual. Informou que essa demanda surgiu
117 inicialmente para resolver o passivo do CEPRAM, mas ganhou maior
118 abrangência a pedido do Secretário. Destacou que os processos estão sendo
119 levantados tanto na SEMA quanto no INEMA para verificação do status em cada
120 área e posterior encaminhamento. Esclareceu ainda que o ponto em pauta
121 tratava apenas da validação da decisão da CT Recursal, a qual foi validada por
122 todos os conselheiros. Martin Mayr – ADES questionou quantos processos estão
123 na fila do CEPRAM. Mariana Mascarenhas informou que existem mais de dois
124 mil processos e ressaltou que o volume analisado anualmente não chega a cem,
125 em razão da baixa frequência de análise, especialmente por parte da sociedade
126 civil e do setor público. Informou ainda que uma das demandas da CT Recursal
127 é a realização de capacitações sobre temas recorrentes na análise de processos.
128 Renato Cunha - GAMBÁ pontuou a necessidade de colocar as outras câmaras
129 técnicas em funcionamento. Mariana Mascarenhas esclareceu que a CT
130 Recursal funciona bem em razão do envolvimento prático de seus membros e
131 destacou a necessidade de replicar esse alinhamento nas demais câmaras
132 técnicas, ressaltando que o avanço depende do engajamento das coordenações.
133 Quanto às deliberações da Conferência, foi sugerida a indicação de duas
134 representações de cada segmento para, juntamente com a Secretaria Executiva,
135 analisar as propostas e apresentar encaminhamento ao Conselho sobre o

acompanhamento das deliberações. Ficou instituído o GT Acompanhamento, com a seguinte composição: Renato Cunha e Marcos Lemos (Sociedade Civil); Leila Oliveira e Rômulo da Silva (Setor Empresarial). No item “O que ocorrer”, foram registradas manifestações e encaminhamentos diversos, incluindo propostas de moções, solicitações de apoio institucional, pedidos de inclusão de temas em pauta e encaminhamento de documentos para apreciação futura pelo Conselho. Ruy Argeu – SINDICOM solicitou que constasse em ata o chamado “apagão” do INEMA, destacando a insuficiência do quadro de pessoal previsto para 2027 e os impactos negativos no licenciamento ambiental em 2026. Mariana Mascarenhas esclareceu que o Conselho não possui competência para deliberar sobre a situação apresentada. Leila Oliveira – Sindicato de Produtores Rurais de Ibicoara sugeriu a elaboração de moção solicitando a ampliação do quadro de pessoal do INEMA. Como encaminhamento, ficou definido que Ruy Argeu elaborará proposta de moção, com apoio de Roberta Casali (SINDIBRITA), Marcos Lemos (Grupo Natureza Bela) e Alessandra Lima (SINDAE). Renato Cunha – GAMBÁ apresentou demandas do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itapicuru e solicitou apoio do CEPRAM. Mariana Mascarenhas esclareceu que a reunião do GT PEMA não ocorreu por falta de quórum. Miguel Accioly – IDEIA solicitou a reativação do GT Chumbo, sendo informado que o tema não é prioritário no momento. Martin Mayr – ADES solicitou recomendações ao INEMA sobre autorizações de supressão vegetal e o licenciamento da PCH Santa Luzia. Marcos Lemos – Grupo Natureza Bela solicitou a elaboração de carta de repúdio referente à interdição da BR-101 e aos conflitos agrários no Extremo Sul da Bahia. Não havendo mais assuntos, a reunião foi encerrada. A presente ata será assinada pelo Presidente e pela Secretaria Executiva.

Presidente do CEPRAM: Eduardo Mendonça Sodré Martins– SEMA 

Secretaria Executiva: Mariana Mascarenhas – DIEAS/SEMA 

Conselheiros presentes:

Cristiane Soares Ferreira – SEPLAN

Lucigleide Nery Nascimento – SEPLAN

167

168 Francisco de Assis Pinheiro Filho – SEAGRI

169 Niel Eferson Almeida Amorim – SEINFRA

170 Raoni Andrade Rodrigues – SESAB

171 Izabella Lopes Pacheco de Miranda – FIEB

172 Rogério Silva da Paixão – FERBA S.A

173 Ruy Argeu do Amaral Andrade – SINDICOM/BA

174 Juçara Leão Tanajura – PETROBAHIA

175 Walter Shimmelpfeng – Solar Energia Locações e Instalações LTDA

176 Rômulo Alexandrino da Silva – Sindicato Rural de Gandú

177 Yanna Karoline Santos da Costa – ABAPA

178 Leila Márcia Souza Oliveira – Sindicato de Produtores Rurais e Ibicoara

179 João Lopes Araujo – ASSOCAFÊ

180 Leonardo Baez Tadeo – IBEROSTAR HOTELS E RESORTS

181 Alessandra Almeida da Silva Lima – SINDAE

182 Martin Mayr –ADES

183 Renato Pêgas Paes da Cunha – GAMBÁ

184 Miguel Costa Accioly – IDEIA

185 Marcos Antônio Costa Lemos – Grupo Ambiental Natureza Bela

186 Juan Sterfan Pereira Campos – OSCIP Rio Limpo